

N.º

NIPG

Data

CONTRATO DE ÁGUA POTÁVEL

1. Identificação do/a requerente

N.º de consumidor/a* Nome*

NIF/NIPC* Cartão de Cidadão/Passaporte* Validade*

Morada*

Código-postal* Freguesia* Concelho

Telefone ⁽¹⁾ Telemóvel ⁽¹⁾ Correio eletrónico ⁽¹⁾

Nome do/a representante legal*

Na qualidade de* ⁽²⁾ Cartão de Cidadão/Passaporte* Validade*

* Campos de preenchimento obrigatório.

⁽¹⁾ Preencher todos os contactos para os quais autoriza ser contactado/a no âmbito deste processo.

⁽²⁾ Indicar a titularidade do direito que lhe confere legitimidade para iniciar o procedimento administrativo ou intervir nele.

2. Tipo de pedido

Contrato de fornecimento de água potável

Definitivo

Provisório

Doméstico

Atividades comerciais

Outro

Prédio

Urbano

Rústico

Misto

N.º artigo da matriz Secção do artigo Área bruta de construção m²

Morada

Código-postal Freguesia Concelho



Mudança de titularidade do contrato de fornecimento de água potável

N.º de consumidor/a anterior

Nome

N.º de contador

Zona

N.º do prédio na matriz

Leitura anterior

Leitura atual

Data de leitura

Denúncia de contrato de fornecimento de água

N.º de contador

Zona

Leitura atual

Data de leitura

O/a técnico/a

3. Débito Direto

Autorização de débito direto

Banco

IBAN

4. Envio de faturação

Morada de instalação

Morada de residência

Morada alternativa

Morada

Código postal

Freguesia

Concelho

Correio eletrónico

5. Documento Receita Individual

N.º DRI*

6. Documentos Instrutórios

Cartão de Cidadão ou Bilhete de Identidade ou Passaporte do/a requerente (aplicável a pessoa singular);

Cartão de Cidadão ou Bilhete de Identidade ou Passaporte do/a representante legal (se aplicável);

Cartão de Identificação Fiscal (NIF) do/a requerente (aplicável a pessoa singular);

Documento comprovativo da qualidade de representante legal (se aplicável);

Certidão Permanente atualizada (aplicável a pessoa coletiva);

Ata de nomeação ou de posse (aplicável a condomínio ou associação);

Escritura de habilitação de herdeiros ou do imposto de selo sucessório (aplicável a herdeiro ou cabeça de casal);

Certidão de óbito ou da escritura de habilitação ou do imposto de selo (se aplicável);

Caderneta predial ou certidão de teor do registo predial atualizada ou código de acesso;

Escritura de compra e venda (se aplicável);



- Contrato de promessa de compra e venda (se aplicável);
- Contrato de arrendamento/cessão/comodato e comprovativo de pagamento do respetivo imposto de selo (se aplicável);
- Alvará de licença de construção (no caso do pedido se referir a operações urbanísticas).

Requerente/Representante legal

- Declaro, sob compromisso de honra e consciente de incorrer em eventual responsabilidade penal, caso preste falsas declarações, que os dados constantes do presente requerimento correspondem à verdade.
- Tomei conhecimento da Política de Privacidade e aceito inequivocamente que os meus dados, acima referidos, sejam tratados pelo Município de Santa Cruz, para a gestão do processo.

Pede deferimento,

O/A requerente/representante legal

Atendimento

Observações

O/A funcionário/a

Divisão de Águas e Saneamento

Órgão executivo

Informação

Parecer

Despacho

- Documentação suficiente
- Requerente sem dívida

- Solicito parecer técnico
- Deferido
- Indeferido

Data

Data

Data

O/A funcionário/a

O/A chefe de divisão

O membro do órgão executivo

Legislação aplicável

- Tarifário dos Serviços de Distribuição de Água Potável e Recolha de Águas Residuais e Resíduos Sólidos, aprovado em Reunião de Assembleia, Deliberação n.º 27/2014, de 27 de junho, através da Proposta n.º 96/2014.
- Regulamento de Resíduos Sólidos e de Comportamentos Poluentes e Respetivo Tarifário de Recolha de Resíduos Sólidos, de 20 de agosto, Aviso n.º 7459/2002, 2.ª série, n.º 191, Apêndice n.º 114.
- Regulamento do Serviço de Distribuição de Água do Concelho de Santa Cruz, de 22 de dezembro, Aviso n.º 7755/2006, 2.ª série, n.º 245, Apêndice n.º 88.
- Regulamento n.º 231/2009, de 04 de junho, Regulamento do Sistema de Drenagem de Águas Residuais e Pluviais do Município de Santa Cruz, 2.ª série, n.º 108.
- Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril, Medidas de Modernização Administrativa, na sua redação atual.



- Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, Serviços municipais de abastecimento público de água, saneamento e resíduos urbanos, na sua redação atual.
- Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, Código do Procedimento Administrativo, na sua redação atual.
- Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à Proteção das Pessoas Singulares, no que diz respeito ao Tratamento de Dados Pessoais e à Livre Circulação desses Dados.
- Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados).

